



**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

1 – Identificação da Área Requisitante:	
Instituto Leônidas & Maria Deane	
Serviço de Gestão da Infraestrutura - SEINFRA	
UASG:	254474
UG:	254474
UGR:	254457
2 – Identificação do Responsável:	
Helena Maria Maués Guedes Coutinho	
Matrícula Siape:	1555933
Telefone:	(92) 3621-2349 / (92) 3621-2320
E-mail:	helenacoutinho@fiocruz.br
3 – Descrição sucinta do objeto:	
Contratação de serviços de confecção e instalação de porta, fechadura eletrônica e grades de proteção, na área do laboratório de Ecologia de Doenças Transmissíveis na Amazônia - EDTA, localizado no prédio da FUNASA.	
3.1 – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores	
3.1.1 - Classe de materiais:	
Não se aplica.	
3.1.2 - Descrição dos serviços ou obras:	
GRUPO: 545 – Tipos especiais de serviços de construção SERVIÇO: 1627 DESCRIÇÃO: Manutenção/Reforma predial	
4 – Registro no Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações:	
Número da Contratação:	254474-189/2025
Documento Formalização Demanda:	12/2025

5 – Natureza dos serviços ou bens:
Art. 75, I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
Art. 75, II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59, no caso de outros serviços e compras.
Art. 75, III – para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas; b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.
Art. 75, IV – para contratação que tenha por objeto: a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração; c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 376.353,48; d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por

agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 75, V - para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da referida Lei.

Art. 75, VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

Art. 75, VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

Art. 75, IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Art. 75, X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

Art. 75, XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

Art. 75, XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia.

Art. 75, XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

Art. 75, XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

Art. 75, XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.

Art. 75, XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII deste caput, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Art. 75, XVII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.

Art. 75, XVIII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação gratuita preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com

vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida.

I		II	X	III		IV		V	
VII		VIII		IX		X		XI	
XII		XIII		XIV		XV		XVI	
XVII		XIII							

6 – Justificativa da necessidade da contratação:

A solução proposta abrange o fornecimento e instalação de portas pivotantes completas com fechadura eletrônica, grade de proteção de porta e janela, com o objetivo de melhorar a segurança, funcionalidade e eficiência das instalações, buscando garantir a inviolabilidade dos ambientes de almoxarifado e laboratório, bem como resguardar os bens e pessoas que ocupam o local.

7 – Quantidade e estimativa do valor da contratação:

Item	Catmat Catser	Nº SGA	Descrição	Qtde	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	1627	4393	Contratação de serviços de confecção e instalação de porta, fechadura eletrônica e grades de proteção, na área do laboratório de Ecologia de Doenças Transmissíveis na Amazônia - EDTA, localizado no prédio da FUNASA.	01	SV	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00

8 – Indicação da data pretendida para a conclusão da contratação:

Abril/2025

9 – Grau de prioridade:

Média

10 – Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro DFD

Não se aplica

11 – Previsão de data entrega dos bens ou do início do serviço:

Junho/2025

12 – Indicação dos integrantes da equipe de planejamento da contratação:

Nome do Servidor:	Marcela Pinheiro Cidade
Matrícula Siape:	3276631
Nome do Servidor:	Helena Maria Maués Guedes Coutinho
Matrícula Siape:	1555933
Nome do Servidor:	
Matrícula Siape:	

13 – Indicação dos integrantes da equipe de fiscalização do contrato:

Nome do Servidor:	Marcela Pinheiro Cidade
--------------------------	-------------------------

Matrícula Siape:	3276631
Nome do Servidor:	
Matrícula Siape:	
Nome do Servidor:	
Matrícula Siape:	



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MARIA MAUES GUEDES COUTINHO**, **Chefe do Serviço de Gestão da Infraestrutura**, em 13/03/2025, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4810367** e o código CRC **59CEC252**.

Referência: Processo nº 25792.000038/2025-09

SEI nº 4810367

Gestor: COGEAD/CGECL/DENAC
Versão: 06 - janeiro/2025

Criado por [eder.nascimento](#), versão 1 por [eder.nascimento](#) em 13/03/2025 12:54:44.